

SER MULHER NA IDADE MÉDIA

*Maria Filomena Dias Nascimento**

A História das Mulheres é um movimento historiográfico que, há mais de duas décadas, vem atraindo a atenção de pesquisadores e cooptando adesões entusiastas de ensaístas. Apesar dos anos transcorridos, devemos reconhecer que o tema continua a despertar bastante interesse, não somente nos meios acadêmicos, mas também entre o público em geral. Este sucesso, sem dúvida, deve ser entendido e contextualizado dentro da própria história do movimento feminista que, entre outros aspectos, chamou a atenção para a necessidade de a mulher ser vista como sujeito histórico e, conseqüentemente, como possível objeto de estudo.

A “nova história das mulheres”, como se convencionou chamar este movimento, toma como ponto de partida fundamental a necessidade de isolar a mulher do contexto da História da Humanidade por considerar que, dentro de um mesmo período, a sua experiência histórica pode ser completamente diferente da experiência do homem. Dentro desta problemática, a historiadora norte-americana Joan Kelly¹ questiona, por exemplo, a validade de se aplicar a periodização histórica tradicional à História da Mulher, por pensar que os períodos históricos considerados “progressistas” para o conjunto da civilização ocidental – a civilização ateniense, o Renascimento ou a Revolução Francesa – na realidade supuseram uma perda qualitativa na capacidade de atuação e decisão das mulheres.

Desta maneira, começaram a ser construídos novos métodos analíticos com uma só finalidade, a de interpretar o passado histórico através da visão ginecocêntrica.

* Doutora em História Medieval pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha. *Textos de História*, v. 5, n° 1 (1997): 82-91.

1 Joan Kelly, “The Social Relations of Sexes. Methodological Implications of Women’s History”, *Signs*, 1 (1976), pp. 809-826.

Dentro destes novos métodos, existe um que merece especial destaque: o dos gêneros. Nesta nova concepção, os gêneros feminino e masculino são entendidos como construções culturais, vinculadas por relações hierárquicas de poder desfavoráveis ao gênero feminino. Esta categoria analítica foi a que alcançou maior prestígio dentro da historiografia norte-americana e europeia.² Longe de significar a unidade em torno de uma mesma problemática, pode-se hoje constatar várias tendências analíticas. A primeira postura quase poderia ser classificada como “positivista”, uma vez que se limita à mera descrição das relações entre os sexos. A segunda vê na teoria dos gêneros a possibilidade de explicar a organização social, política e econômica das relações intersexuais. A terceira está diretamente ligada à evolução do materialismo histórico e procura não se desvincular da crítica feminista. Por último, estão também aquelas que se baseiam na psicanálise para explicar a reprodução da identidade genérica do sujeito.³

Todas estas tendências, como já fizemos referência, só podem ser compreendidas como consequência lógica do movimento feminista, movimento este que afetou profundamente a sociedade ocidental ao longo deste século, transformando as relações entre os sexos e permitindo que a mulher tenha uma participação ativa em todos os aspectos da vida. Entretanto, e isto nos parece de fundamental importância, devemos ter bem presente que o feminismo é um fenômeno e uma preocupação circunscritos exclusivamente a um determinado período histórico. Fazemos esta advertência porque, ao ler algumas das obras recentes sobre este tema, muitas vezes se tem a sensação de que, mais do que uma preocupação em conhecer o passado, tenta-se moldar a realidade histórica às preocupações atuais de recuperação do prestígio feminino e de redefinição do papel da mulher. Dentro

2 Referimo-nos sobretudo aos trabalhos de S. Ortner, H. Whitehead, *Sexual Meanings. The Cultural Construction of Gender and Sexuality*, (Cambridge, Cambridge University Press, 1981); G. Bock, *Storia, storia delle donne, storia di genere*, (Florença, Estro Ed., 1988); J. Amelang, M. Nash, *Historia y género: las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea*, (Valencia, Ed. Alfons el Magnànim, 1990)

3 As diversas tendências da teoria dos gêneros estão explicadas em: J. Scott, “El género: útil para el análisis histórico”, in: J. Amelang, M. Nash (ed.) *Historia y género: las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea*, (Valencia, Ed. Alfons el Magnànim, 1990), pp. 21-56.

desta perspectiva, se observa a tendência de fazer comparações transculturais, como se existisse um *status* feminino permanente que se repetisse em todas as sociedades. Além do mais, parecem pouco científicos os trabalhos que, entre linhas, deixam escapar um discurso repleto de significados destinados à caracterização dos comportamentos sociais com relação à mulher como “positivos” ou “negativos”. Na realidade, pode-se constatar que estas obras normalmente incorrem em graves anacronismos e generalizações, além de privilegiar o juízo de valores do autor em detrimento da construção histórica. Dentro desta mesma linha, também podemos observar que a mulher é estudada como um fenômeno isolado, onde o homem só aparece como um elemento perturbador e destrutivo.

Estes desvios são realmente perigosos e levam, fatalmente, a grandes equívocos. Cremos firmemente que a mulher é um ser social, e como tal deve ser estudada; a mulher vivendo em sociedade, em interação com o homem. Como bem ressalta Reyna Pastor⁴, ao separar a história da mulher da história do homem, se termina por impossibilitar a compreensão do verdadeiro grande tema, que é a sociedade, ou o corpo social. Talvez seja este o momento de redirecionar o enfoque que se vem dando aos estudos feministas. Mais do que se preocupar em fazer História da Mulher, pensamos que seria mais produtivo e enriquecedor estudar o papel da mulher na História.

Esta preocupação está muito longe de ser algo meramente retórico. Ela é fruto da prática de pesquisa. Ela é fruto da realidade histórica que o historiador encontra nos documentos. Em suma, ela é fruto da constatação de que o cotidiano do homem ou da mulher de qualquer época histórica pode romper qualquer arcabouço teórico, e de que a existência humana vai muito além da oposição entre o preto e o branco; ela permite infinitas possibilidades de cores e matizes.

Isto, por exemplo, é perfeitamente observável quando nos debruçamos sobre o papel da mulher dentro da sociedade medieval. Dentro deste extenso período histórico, decidimos limitar-nos exclu-

4 Reyna Pastor, “Para una historia social de la mujer hispano-medieval. Problemática y puntos de vista”, in: *La condición de la mujer en la Edad Media*, (Madrid, Casa de Velázquez – Universidad Complutense de Madrid, 1986), p.187.

sivamente aos séculos XII e XIII e, geograficamente, aos reinos de Leão e Castela (Espanha).⁵

A sociedade feudal foi, sem dúvida, patriarcal e, para muitos autores, estaríamos falando de uma época histórica na qual as mulheres estavam obrigadas a circular exclusivamente na esfera privada. E, ainda assim, estaríamos falando de uma circulação somente permitida dentro dos limites da casa paterna, da casa marital ou do convento.

Esta idéia está certamente reforçada pela grande difusão que as teorias misóginas alcançaram na Idade Média. Desde os primeiros momentos da História da Mulher, pode-se observar a insistência com que se recorre ao pensamento dos teóricos antigos e medievais sobre a condição feminina para afirmar a submissão da mulher medieval. Desta forma, são muito comuns as citações de fragmentos de Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Este último foi realmente importante para a construção do discurso misógino do século XIII, na medida em que recuperou a parte mais radical do pensamento agostiniano com relação às mulheres. Em suas famosas Sumas Teológicas, São Tomás discorre sobre vários temas, que têm como centro de preocupação a construção teórica e filosófica da existência e da condição feminina. Assim, ao longo de suas considerações emerge o pensamento de Aristóteles: "Femina est aliquid deficientis et occasionatum"; de São Paulo: "Primo et principaliter propter conditionem feminei sexus, qui debet esse subditus viro"; e de Santo Agostinho: "Imago Dei invenitur in viro..., non invenitur in muliere".⁶

Mas, já com anterioridade ao século XIII, pode-se perceber que a Igreja está profundamente afetada pela imagem negativa que a tradição judaica criou em torno à primeira mulher: Eva. Segundo Filo, filósofo responsável pela difusão da explicação da inferioridade feminina dentro da sociedade judaica, Eva é um ser pecador, incapaz de resistir à tentação, pelo que é necessário submetê-la à tutela masculina.⁷ Ao ser a primeira mulher, Eva passa a projetar sua carga de

5 Para uma visão mais complexa destes mosteiros ver Maria Filomena Nascimento, *Expresiones del poder feudal: El Cister femenino en León (siglos XII-XIII)*, tese de doutorado inédita, apresentada à Universidade Complutense de Madri, em setembro de 1993.

6 São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, Ia q. 92, art. 1; IIa IIae, q. 177, art. 2; Ia, q. 93, art. 4.

7 Sobre as idéias de Philon ver: Jean Marie Aubert, *La Femme - Antiféminisme et christianisme*, (Paris, Galimard, 1975)

pecadora sobre a existência feminina. E embora ela tenha sido criada a partir do homem – e por isto seja parte integral da essência humana – ela representa a parte vulnerável deste. Ela é a responsável pela perda do Paraíso.

Estas idéias tiveram ampla difusão dentro do mundo medieval e eram principalmente os homens da Igreja os encarregados de disseminá-las. Para eles estava claríssimo que a mulher era um perigo carnal e espiritual a ser evitado. Desta maneira, os discursos que justificavam o repúdio não se basearam exclusivamente nos legados dos grandes teólogos e filósofos, mas também se nutriram fartamente de credices, que o baixo clero tratou de alimentar. Neste sentido, por exemplo, é bastante emblemático o significado de corrupção moral que adquiriu a menstruação. Acreditava-se que o sangue menstrual impedia a germinação das plantas, matava a vegetação, oxidava o ferro e transmitia raiva aos cachorros. Estas crenças terminaram por ajudar a justificar fatos tão transcendentais como a negação masculina em permitir a participação ativa da mulher nas missas, assim como a proibição de tocar os ornamentos sagrados e, finalmente, sua exclusão das funções sacerdotais.⁸

Neste ponto, cremos necessário questionar a validade destes discursos como retratos fiéis do pensamento do conjunto da sociedade medieval, no que diz respeito à mulher. No final de contas não devemos esquecer que a maior parte desta produção literária foi escrita por homens celibatários, o que sem dúvida terminou por refletir suas convicções, desejos e fobias com relação à mulher. Embora estas construções teóricas tenham influenciado de alguma maneira os comportamentos sociais, não se pode incorporá-las à construção histórica sem levar em consideração a existência de outras fontes. A condição feminina era algo que preocupava mais os teóricos e eclesiásticos que a sociedade laica em geral.

Consultando os arquivos dos mosteiros cistercienses femininos de León (San Miguel de Las Dueñas, Santa Maria de Gradefes, Santa Maria de Carrizo, Santa Maria de Otero de Las Dueñas e San

8 Joan Ferrante, *Woman as image in medieval literature* (From the twelfth century to Dante), (Durham, The Labyrinth Press, 1985), p. 19 e Jean Marie Aubert, *op. cit.*, p. 120.

Guillermo de Villabuena), podemos perceber o quanto são pertinentes as idéias que apresentamos na primeira parte deste trabalho. Neste sentido, além de nos permitir estudar a mulher dentro de um espaço exclusivamente feminino, estas fontes também nos dão a possibilidade de observar como as religiosas se relacionam com a sociedade e como contribuem à transformação de seu entorno.

Estes mosteiros foram fundados entre os séculos XII e XIII por mulheres da nobreza leonesa. Esta realidade reflete-se também na maior parte dos outros mosteiros de Castela e Leão, convertendo-se numa verdadeira moda aristocrática.⁹ Os objetivos destas fundações encaixam-se principalmente dentro das estratégias de preservação patrimonial e reprodução das linhagens nobres, traduzidas pela necessidade de recluir aquelas mulheres que não estavam destinadas ao casamento. Entretanto, deve-se dizer que nem todas as vocações eram fruto da coação familiar, uma vez que se pode comprovar uma grande profusão de fundações levadas a cabo por mulheres viúvas que, devido ao status que possuíam, certamente professavam de livre vontade. De fato, ao longo de nosso trabalho de pesquisa pudemos constatar que existia um projeto feminino de construção de um lugar de acolhida para as mulheres da família, longe da ingerência masculina, a partir do qual elas podiam exercer um papel protagonista dentro da sociedade feudal, tal e como requeria sua condição de nobres. Neste ponto, temos que esclarecer que este projeto foi amplamente favorecido pelo evidente repúdio dos monges cistercienses em aceitar as fundações femininas¹⁰, o que terminou por proporcionar aos mosteiros de monjas do século XII uma liberdade de ação jamais experimentada por outra ordem religiosa.

O poder de influência da família fundadora sobre os conventos constata-se exclusivamente no controle dos cargos de direção da comunidade monástica pelas mulheres da linhagem. Mas, à parte esta presença feminina, devemos ressaltar que em nenhum momento pu-

9 Dos onze mosteiros cistercienses femininos fundados em Leão e Castela, entre os séculos XII e XIII, oito foram erigidos por mulheres que, imediatamente, converteram-se em abadessas, e somente três foram fundados por homens. Nestes casos, o envolvimento limitou-se exclusivamente aos laços maritais que tinham com as fundadoras.

10 Sally Thompson, "The problem of the cistercian nuns in the twelfth and early thirteenth centuries" in: Derek Baker (org.), *Medieval Women*, (Oxford University, 1978), pp. 227-252.

demos perceber qualquer intromissão dos parentes masculinos nos assuntos internos dos mosteiros.

A exemplo da organização da sociedade feudal, os mosteiros apresentam uma estrutura interna baseada numa cadeia de vínculos pessoais, presidida pela abadessa. À frente do convento, ela tem total autonomia e seu papel de senhor feudal é reconhecido pelo conjunto da sociedade. A comunidade de religiosas está formada exclusivamente por mulheres da nobreza, onde o dote exerce um papel fundamental: garantir a elitização dos mosteiros. Dentro dos muros conventuais estas mulheres não encontraram dificuldades para seguir gerenciando seus patrimônios pessoais e podemos afirmar que, neste sentido, os mosteiros revelaram-se como lugares especialmente atraivos. Longe do controle familiar, estas mulheres administraram seus patrimônios como quiseram.

Através da grande quantidade de notícias existentes nos arquivos monásticos, é possível seguir com bastante facilidade as estratégias utilizadas pelos conventos para formar seus domínios territoriais. Desrespeitando as primitivas diretrizes cistercienses, que pregavam essencialmente uma vida de pobreza e o afastamento das rendas feudais, estes mosteiros optaram por lançar mão de todas as formas de aquisição ao seu alcance, a fim de reunir um conjunto de propriedades que garantissem não somente a sobrevivência da comunidade monástica, mas também a ampliação de sua área de poder e domínio territorial, com vistas a conseguir uma presença mais efetiva dentro dos limites do senhorio.

Doações, compras e trocas de propriedades foram as formas de aquisição patrimonial mais utilizadas pelos conventos. Este quadro encaixaria perfeitamente na situação dos mosteiros masculinos, a não ser pelo grande protagonismo alcançado pelas compras frente às doações, o que revela que as religiosas tiveram que enfrentar mais dificuldades para assentar suas bases territoriais. Ao realizar estas transações, as monjas dedicaram especial atenção à aquisição das chamadas herdades, verdadeiras unidades de produção que, devido à sua diversidade, permitiam um melhor desempenho econômico. Com relação às parcelas isoladas, observa-se uma clara preferência pelas terras cerealeiras, de pasto, vinhas e casas. Estas incorporações patri-

moniais foram levadas a cabo através de um avanço sistemático sobre áreas geográficas já povoadas, desestruturando a propriedade comunal camponesa e submetendo pequenos proprietários livres, contribuindo amplamente à feudalização de seu entorno.

Ao contrário dos monges que, pelo menos no princípio, empenharam-se em explorar diretamente uma parte de seu patrimônio através do sistema de granjas¹¹, as cistercienses rejeitaram esta opção para se converterem imediatamente em senhores feudais. Perfeitamente integradas na economia senhorial da região e de sua época, as monjas utilizaram o prestimônio¹² como forma preferencial de exploração de seus domínios. A exação senhorial era exigida principalmente em espécie, com preferência para os pagamentos em cereais e vinho. As referências a pagamentos em moeda estão basicamente restritas à satisfação de multas geradas pelo exercício do senhorio jurisdicional. Desta maneira, e através do sistema de exploração adotado, se comprova mais uma vez sua participação no processo de feudalização da região, refletido na capacidade de organização do espaço, impondo diretrizes à comunidade camponesa sobre a ordenação populacional e sobre a disposição e qualidade da produção.

Apesar de terem vivido numa época em que a condição feminina era encarada como uma carga negativa, e com a Igreja apregoando a necessidade de enclausurar as mulheres, as monjas não se deixaram intimidar por estas teorias. A clausura jamais foi respeitada, e as cistercienses dos séculos XII e XIII faziam ouvidos surdos às interdições e ameaças¹³. As freqüentes saídas do mosteiro eram justificadas com os motivos mais variados: a administração dos domínios senhoriais, os cuidados que exigia a gerência do patrimônio pessoal das religiosas, visitas a parentes, problemas de saúde, etc. Por outro lado, a clausura também não era respeitada dentro do próprio convento. Os contatos destas mulheres com o mundo exterior estavam garantidos pelo tráfego de capelães, clérigos, criados e hóspedes em

11 Javier Pérez-Embid, *El Cister en Castilla y León. Monacato y domínios rurales (séculos XII e XV)*, (Salamanca, Junta de Castilla y León, 1986), p. 144.

12 Sobre a instituição do prestimônio em Castela e Leão, ver Luis García de Valdeavellano, *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*, (Madri, Alianza Un, Textos, 1986), p. 249.

13 Regina Vidal Celura, "Evolución histórica de la institución de la clausura en el monacato femenino" in: *Cistercium*, 170 (1986), pp. 113-338.

geral. A atitude das monjas provocava grande comoção no seio da Igreja, que não queria conviver com os permanentes escândalos, amóricos e filhos bastardos.

Para os teóricos e teólogos, a clausura tinha como objetivo defender dois importantes pilares da virtude feminina: a virgindade e a castidade. Mas é somente a partir da segunda metade do século XIII que se começa a delinear um avanço progressivo da tutela masculina sobre as monjas cistercienses. Este processo está repleto de episódios conflituosos, que refletem a resistência destas mulheres em se submeter ao controle dos abades da Ordem.

O protagonismo e a autonomia alcançada por estas comunidades de religiosas nos séculos XII e XIII não deve ser entendida como uma atitude de simples rebeldia diante da dominação masculina, mas como resultado da própria conjuntura. O florescimento da vida econômica, social, política e cultural do século XII, depois de um grande período de dificuldades, permite que a sociedade se desenvolva num ambiente mais relaxado, com reflexos em todos os âmbitos.¹⁴ Dentro deste contexto, é normal que os laços hierárquicos se tenham afrouxado e que comprovemos uma maior flexibilidade nas relações homem-mulher, favorecendo particularmente as mulheres que ocupavam postos de comando, como é o caso das abadessas. Algumas mulheres nobres souberam aproveitar o momento histórico e construiram seus paraísos particulares. Mas não se tratava de isolar-se do mundo, com o objetivo de evadir a tutela masculina. Tratava-se de viver no mundo, exercendo o poder que estava reservado aos homens.

Desta forma, pensamos que fica patente o abismo existente entre o poder real da mulher, e a carência de poder legal ou teórico que tradicionalmente se lhe concedia. Claro que nossa exposição centrou-se exclusivamente sobre a mulher das classes favorecidas da sociedade. A mulher camponesa certamente não poderia desfrutar das mesmas prerrogativas. Neste caso, porém, é o *status* sócio-econômico que marca a diferença, e não o sexo. Certamente existe um grande

14 Sobre estes aspectos ver Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, (Lisboa, Editorial Estampa, 1983), tomo I.

abismo entre o homem nobre e o homem camponês. Mas, definitivamente, dentro da sociedade feudal tinha mais poder uma mulher nobre que um homem camponês.

Abstract

O movimento historiográfico de recuperação da memória das mulheres ou feminina enseja inúmeras pesquisas sobre a situação da mulher na Idade Média européia, evitando-se a fragmentação e o isolamento do estudo da mulher como ser social. A investigação das circunstâncias da vida monacal em conventos cistercienses femininos de León, objeto deste artigo, deixou patente que a vida conventual dispunha de âmbito de autonomia e autodeterminação, por causa da origem nobre das monjas de León, bem superior ao da condição camponesa (em geral, independentemente de ser homem ou mulher).

Palavras-chaves

Idade Média, mulher, história, Espanha.